

Gastos públicos

As contas da agricultura

José Garcia Gasques*
Eliana Teles Bastos*

N O PERÍODO 2000 a 2006, os gastos públicos com a agricultura e a organização agrária cresceram sistematicamente a partir de 2003. O acumulado no período foi de 50,9%, sendo 29,4% com agricultura e 149,5% com organização agrária.

Quando se analisa as despesas em 2005, observa-se que entre as realizadas por categoria econômica na função agricultura,

as correntes corresponderam a R\$ 6,56 bilhões e as de capital a R\$ 3,38 bilhões. Em relação a 2005, o maior aumento ocorreu nas despesas correntes, com 38,45%. As despesas com pessoal tiveram ligeira queda, enquanto as outras correntes tiveram um acréscimo expressivo.

As despesas por sub-função em agricultura mostram que outros encargos especiais representaram um valor de

R\$ 4,55 bilhões em 2006, correspondente a mais de 45,9% dos gastos da agricultura. Nessas despesas estão incluídas as ações registradas pela Secretaria do Tesouro Nacional como as subvenções econômicas:

- Ao Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- À comercialização e aos programas de investimento e ao crédito de custeio.



Outras sub-funções importantes quanto ao montante de despesas são administração geral e promoção da produção vegetal. Na primeira, são incluídas as despesas com pessoal e outras despesas correntes, e na segunda, a principal despesa refere-se ao programa de defesa da economia cafeeira. Na lista das sub-funções a defesa sanitária animal teve dispêndios no valor de R\$ 119,0 milhões em 2006, o maior dos últimos quatro anos.

As despesas executadas por órgão superior mostram que o Ministério da Agricultura executou despesas de R\$ 5,1 bilhões em 2006, superiores aos valores de 2005. Em segundo lugar, o Ministério da Fazenda executou despesas no valor de R\$ 4,52 bilhões em 2006. Ambos representaram cerca de 96% dos dispêndios com a agricultura.

As despesas da União com comercialização e crédito rural totalizaram R\$ 5,43 bilhões em 2006. Essa é uma despesa líquida, obtida pela retirada de eventuais receitas geradas na execução da política agrícola. Representa, portanto, dispêndio efetivo do governo federal.

Em comercialização, a principal mudança foi a ênfase ao programa de garantia e sustentação de preços na comercialização, em que estão incluídos os instrumentos de comercialização, como PEP – Prêmio de Escoamento do Produto, sistema de opções e outros.

Esses instrumentos foram acionados para enfrentar situações de preços baixos dos produtos agrícolas em 2006, especialmente, milho, soja e trigo. Ainda não está disponível o documento da Copec que descreve essas operações.

Em 2006 houve menor atuação do governo na formação de estoques públicos, diante das características desse ano. Em crédito rural, a principal mudança foi uma redução real de R\$ 321 milhões em financiamento e equalizações do Pronaf. As despesas referentes ao Pesa (Lei n.9866/99), cujos gastos passaram para R\$ 197,2 milhões, contra R\$ 306,1 milhões em 2005

Os números referentes à execução da política agrícola em 2006 mostram uma

Definições

Função agricultura = inclui as atribuições clássicas do governo federal na política agrícola, pesquisa, extensão rural, crédito rural, preços mínimos, pesquisa, defesa agropecuária e outras.

Organização agrária = contém as atribuições referentes à política fundiária, como reforma agrária, crédito para assentados e outras atribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Despesas realizadas pelo governo federal

	Valores de 2006		
	Agricultura	Org. Agrária	Total
1995	20.034.919.988	3.340.710.009	23.375.629.997
1996	12.879.079.404	3.361.068.828	16.240.148.233
1997	17.454.609.742	3.384.965.341	20.839.575.083
1998	11.890.123.182	3.535.643.254	15.425.766.436
1999	14.388.111.963	2.111.869.980	16.499.981.943
2000	9.219.242.876	1.983.357.842	11.202.600.718
2001	9.009.982.412	2.185.993.360	11.195.975.772
2002	7.965.282.146	1.999.293.697	9.964.575.843
2003	7.672.058.700	1.685.802.067	9.357.860.767
2004	8.230.841.205	2.821.630.604	11.052.471.808
2005	8.582.905.859	3.691.035.352	12.273.941.211
2006	9.932.567.753	4.189.314.851	14.121.882.604
Total	137.259.725.229	34.290.685.186	171.550.410.415

Fonte: STN/MF

orientação prioritária para a comercialização, como política de garantia de preços e renda. Enquanto os gastos com comercialização se elevaram em R\$ 1,26 bilhão, os gastos com crédito rural se reduziram em R\$ 411,0 milhões.

As despesas com a dívida agrícola apresentam cifras a serem verificadas na Secretaria do Tesouro Nacional. De um modo geral, as principais ações das funções agricultura e organização agrária permanecem com as mesmas prioridades. Na função agricultura, 13 ações absorveram mais de 90% dos dispêndios realizados, focadas nas seguintes direções: administração, formação de estoques públicos, equalizações de taxas de juros, financiamento e equalização para a agricultura familiar e apoio a economia cafeeira.

A principal ação na comercialização deu-se na política de preços mínimos, por

meio do programa de garantia e sustentação de preços. De outro lado, mais de 600 ações relativas às diversas atividades da agricultura absorveram cerca de 10% dos recursos em 2006.

Em organização agrária, há, também uma concentração das despesas em poucas ações. O peso das despesas em 2005 e 2006 concentrou-se na obtenção de imóveis e na concessão de crédito aos assentamentos da reforma agrária. Nas ações de obtenção de imóveis, as despesas realizadas em 2006 foram de R\$ 1,36 bilhão e nas de concessão de crédito para a instalação dos assentamentos e para a obtenção de terras, o montante de foi de R\$ 1,3 bilhão. Essas ações representaram conjuntamente, 64% das despesas realizadas em organização agrária no ano de 2006. ■

* Técnicos da AGE (Assessoria de Gestão Estratégica) do MAPA